



TERMO DE REFERÊNCIA – TR

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de veículos automotores novos, zero quilômetro, categoria **SUV Médio/Grande**, destinados ao atendimento das demandas operacionais e institucionais do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, observadas as especificações técnicas, quantitativos e exigências contidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto caracteriza-se, por sua natureza, como **bem comum**, nos termos da Portaria-PJMS nº 2.385/2022, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.3. A futura contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, em estrita observância à legislação vigente.
- 1.4. A execução do objeto dar-se-á mediante **empenho global**, com entrega fracionada em 02 (dois) prazos distintos, conforme detalhado no item 5.58 deste Termo de Referência.
- 1.5. Detalhamento das especificações dos objetos consoante **Portaria TJMS nº 3.239**, de 17 de março de 2026, que padronizou os referidos veículos conforme demandas representativas e institucionais.
- 1.6. Especificação detalhada do objeto:

Lote	Especificações Mínimas	Quantidade
01	<p>Veículo tipo SUV grande, equipado com ar-condicionado original de fábrica, direção elétrica, travas elétricas nas portas, chave reserva, alarme antifurto, vidros elétricos, bancos em couro, central multimídia, transmissão automática 9 marchas, rodas aro 19” na cor preta e demais itens de série; ano de fabricação/modelo corrente ou superior, zero quilômetro, marca/modelo Jeep Commander, potência mínima de 272 cv, tração integral, cor preta. Garantia: 5 anos.</p> <p>Adicionais: <i>Blindagem nível III-A conforme especificação contida na cláusula 5ª, película escura nos vidros (item 5.2), jogo de tapetes com borda elevada específicos do modelo, frisos laterais nas quatro portas pintados na cor do carro, emplacamento, documentação conforme item 5.6 e tanque com combustível em nível mínimo de ¼ de sua capacidade.</i></p>	05
02	<p>Veículo tipo SUV médio, equipado com ar-condicionado original de fábrica, direção elétrica, travas elétricas nas portas, chave reserva, alarme antifurto, vidros elétricos, bancos em couro, central multimídia, transmissão automática, rodas aro 18” na cor preta e demais itens de série; ano de fabricação/modelo corrente ou superior, zero quilômetro, marca/modelo GWM Haval H6 híbrido pleno/convencional, cor preta. Garantia: 5 anos geral e 8 anos para o sistema híbrido, limitado a 200.000 km.</p> <p>Adicionais: <i>Película escura nos vidros (item 5.2), jogo de tapete interno abandejado premium específico do modelo, Tapete de Bandeja de Portamalas, frisos laterais nas quatro portas pintados na cor do carro, emplacamento, documentação conforme item 5.6 e tanque com combustível em nível mínimo de ¼ de sua capacidade.</i></p>	15



2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação visa a renovação parcial da frota deste Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, com base na orientação do art. 8º II da Resolução-CNJ nº 83 de 14 de agosto de 2019.
- 2.2. Conforme a detalhado na Informação nº 0291343/2026 (processo SEI Nº 00020896-35.2026.8.12.9157), a frota destinada ao transporte institucional deste PJMS padece de evidente obsolescência técnica e funcional. Atualmente composta por 10 (dez) unidades fabricadas no ano de 2016, a frota opera exclusivamente sob propulsão a combustão, o que se revela em manifesta dissonância com as diretrizes do '*Programa Justiça Carbono Zero*', instituído pela Resolução-CNJ nº 594/2024, que impõe a transição para matrizes energéticas mais sustentáveis e eficientes.
- 2.3. A modernização pretendida encontra respaldo na Política de Segurança do Poder Judiciário instituída pela Resolução-CNJ nº 435/2021 ao proporcionar aos magistrados maiores condições de segurança diante das particularidades geográficas e geopolíticas do Estado de Mato Grosso do Sul. A extensa faixa de fronteira internacional, compartilhada com dois países e caracterizada por rotas de atividades ilícitas transnacionais, impõe a necessidade de ativos com alta capacidade de resposta. Sob esse espectro, a presente aquisição de veículos blindados visa recompor a frota desses veículos especiais – duas unidades de 2016 e três de 2022 - considerando-se a eficiência média da proteção balística de 5 a 10 anos.
- 2.4. Os modelos que compõe a presente contratação são decorrentes de minuciosa análise comparativa de qualidade e desempenho, lastreado nos parâmetros de inovação tecnológica em segurança, eficiência mecânica e matriz energética limpa, visando o atendimento das demandas institucionais de modernização da frota, sustentabilidade e segurança institucional. Os estudos técnicos da Comissão especialmente constituída para revisão da padronização ora existente, compõe o Parecer Técnico nº 0293844/2026, que instrui o processo SEI Nº 00020896-35.2026.8.12.9157.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. Os veículos integrarão a frota oficial deste Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul especificamente destinados como de representação e de transporte institucional, assim classificados, respectivamente, pelos incisos I e II do artigo 2º da Resolução-CNJ nº 83/2009.
- 3.2. Esta contratação encontra amparo jurídico no art. 8º, inciso II da mesma resolução, a qual permite a renovação em razão da antieconomicidade decorrente de obsolescência proveniente de avanços tecnológicos. A parcela da frota objeto desta medida compõe-se de 10 (dez) veículos marca Toyota modelo Corolla ano/modelo 2016/2017. Estas unidades foram adquiridas sob denominação da portaria de padronização nº 363 de 22 de março de 2012.
- 3.3. Depreende-se que os estudos inaugurais voltados à definição do padrão automotivo deste PJMS retroagem a 14 (quatorze) anos, período que, no contexto da indústria automobilística global, representa um hiato tecnológico abissal. A título exemplificativo, os referidos modelos carecem de equipamentos básicos como câmera de ré.
- 3.4. Ademais, o planejamento da presente contratação, além da equiparação à modernização tecnológica, busca alinhamento aos critérios de segurança e sustentabilidade, devidamente justificado nos Autos SEI nº 00020896-35.2026.8.12.9157.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Não há necessidade de apresentação de documentos relativos à qualificação econômico-financeira.
- 4.2. Não há necessidade de a contratada apresentar garantia contratual.
- 4.3. A proponente deverá indicar a empresa responsável pela assistência técnica do veículo, conforme item 5.35.
- 4.4. Indicação do preposto que representará a contratada durante a execução do contrato.
- 4.5. A formalização do **instrumento contratual** constitui condição indispensável para a preservação do vínculo obrigacional entre as partes, servindo como pressuposto de validade para a exigibilidade das garantias técnicas estipuladas e assegurando a proteção do erário e a cobertura integral contra vícios durante o período de vigência contratual.

Qualificação técnica exigida para os veículos blindados:

- 4.6. O serviço de proteção balística dos veículos deverá ser executado por empresa expressamente autorizada, **homologada** ou reconhecida pela montadora/fabricante do veículo, mediante documento formal emitido pela própria montadora/fabricante. Tal exigência tem por finalidade garantir a manutenção integral da garantia de fábrica e a preservação das condições técnicas e de segurança dos veículos, evitando prejuízos decorrentes da perda de cobertura contratual. Trata-se de medida necessária à proteção do interesse público, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e segurança operacional. Portanto, a contratada deverá apresentar, antes do início do serviço.
- 4.7. **Habilitação da Empresa de Blindagem:** Título de Registro (TR), Certificado de Registro (CR) ou apostilamento emitido pelo Exército Brasileiro autorizando a licitante ou a empresa subcontratada pela licitante a executar serviço de blindagem em veículos;
- 4.8. A proponente deverá indicar a empresa responsável pela assistência técnica da blindagem, conforme item 5.29.
- 4.9. Compromisso de apresentação do **Projeto de Blindagem e Cronograma de execução**, conforme itens 5.30 e seguintes.
- 4.10. Declaração emitida pela montadora/fabricante do veículo, atestando que a empresa responsável pela blindagem é homologada e que a execução do serviço não acarretará a perda da garantia de fábrica;
- 4.11. Para este certame não será permitida a formação de consórcios;

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

Disposições Gerais

- 5.1. Todos os veículos deverão ser equipados com ar-condicionado original de fábrica, direção elétrica, travas elétricas nas portas, chave reserva, alarme antifurto, vidros elétricos, bancos em couro, central multimídia, e demais itens de série conforme disponibilizado pelo fabricante.
- 5.2. Todos os veículos deverão estar equipados com os **acessórios**: película de controle solar em todos os vidros (com transparência mínima permitida pela legislação vigente), jogo de tapetes de borracha com borda elevada próprios do modelo, tapete abandejado do porta-malas próprio do modelo, frisos laterais pintados na cor do carro.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Departamento de Suprimento e Manutenção

- 5.3. Todos os equipamentos e acessórios devem ser originais/genuínos de fábrica ou instalados na rede autorizada pela fabricante, de maneira que não comprometa a garantia do veículo. O veículo ofertado deverá ter todos os itens originais de fábrica referentes ao seu modelo/versão de produção.
- 5.4. Todos os veículos deverão portar os equipamentos e acessórios de segurança exigido pela legislação de trânsito vigente.
- 5.5. Todos os veículos deverão ser entregues **com pelo menos ¼ de combustível**;
- 5.6. Todos os veículos deverão estar **devidamente emplacados** e registrados em nome do Tribunal de Justiça/MS, CNPJ nº 03 979 663 0001 98;
- 5.6.1. Do registro dos veículos perante o DETRAN-MS: A Contratada, ou despachante por ela designado, atuará como mandatária da Contratante perante o Detran-MS para fins de primeiro emplacamento e declaração de residência. Para tanto, a Contratante fornecerá procuração particular com poderes específicos para representá-la neste ato.
- 5.6.2. Nesse sentido, constitui dever da Contratada informar os dados dos veículos (marca/modelo, chassi, RENAVAM, ano modelo) à fiscalização e solicitar, em tempo hábil e mediante canais oficiais de comunicação, a formalização do referido instrumento. A inobservância deste rito, ou a solicitação intempestiva não exime a fornecedora de suas obrigações quanto ao cumprimento do prazo de entrega, uma vez que a regularização documental é condição indispensável para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e a consequente liquidação da despesa.
- 5.7. Deverão ser entregues todos os itens, novos, na cor preta, rodas pretas, zero km e em conformidade com a Resolução CONAMA nº 315/2002 e nº 403/2008, que disciplina o PROCONVE – Programa de Controle da Poluição do Ar na redução de emissão de gases poluentes.

Dos Requisitos Mínimos de Proteção Balística

Das Condições Gerais:

- 5.8. A proteção balística a ser incorporada nos veículos terão proteção balística NÍVEL III-A, abrangendo:
- a) *Blindagem dianteira (capô e outros);*
 - b) *Blindagem completa do habitáculo;*
 - c) *Blindagem do teto: (Travessas, teto solar e outros);*
 - d) *Blindagem da traseira: (Blindagem completa);*
 - e) *Blindagem integral da “grade churrasqueira” frontal;*
 - f) *Blindagem da bateria;*
 - g) *Blindagem do compartimento de comando eletrônico motor/painel/transmissão (capô e parte anterior para-lamas) (ECU);*
 - h) *Blindagem de todos os outros itens conforme legislação de blindagem, em vigor.*
- 5.9. Os materiais utilizados no processo de proteção balística serão:
- **partes opacas:**
 - a) Placas de *Tensylon*
 - b) Placas de aço nos ‘*overlap*’, atrás das maçanetas e retrovisores.
 - c) Manta de aramida de *Kevlar* aprovada pelo CETEX – Centro de Tecnologia do Exército, com no mínimo 07 (sete) camadas, emborrachada em todas as camadas com neoprene (Sugestões de marcas: *Conquext* e *Verseidag*);
 - i. As mantas de aramida não poderão apresentar emendas.
 - **partes transparentes:** Blindagem das partes transparentes, sendo que os vidros das portas devem ser com POLICARBONATO com espessura máxima de 18mm, e deverão ter transparência normatizada pelo Conselho



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Departamento de Suprimento e Manutenção

Nacional de Trânsito – CONTRAN, de modo a não afetar as condições de dirigibilidade e conforto do motorista e passageiros. Todas as partes transparentes deverão ser NÍVEL III-A e enquadrarem-se às normas do EXÉRCITO BRASILEIRO, subitem IV;

- i. A abertura dos vidros das portas dianteiras fica limitada a, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) de seu curso original. Os vidros traseiros permanecem fixos para proporcionar maior segurança ao interior do veículo, preservando-se totalmente os mecanismos de abertura originais.

5.10. Toda blindagem deverá estar em conformidade com os seguintes normativos, ou normas mais atualizadas:

- Norma do Exército Brasileiro NEB/T – E 316;
- Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019;
- Portaria nº 118-COLOG, de 04 de outubro de 2019;
- Portaria nº 94-COLOG, de 16 de agosto de 2019;
- ITA nº 21-DFPC, de 17 de outubro de 2019;
- *NBR 15000:2005 - NIJ Standard 0108.01 – “Ballistic Resistant Protective Materials”*

Das Especificações Técnicas do Sistema de Alarme Sonoro

5.11. A sirene eletrônica, a ser instalada em local tecnicamente adequado, com emissão de som alternado e sobreposição de frequências, em volume compatível com veículo de urgência institucional. O sistema deverá disponibilizar, no mínimo, 03 (três) tons ou frequências distintas – *WAIL*, *YELP* e super *YELP* – além da função de toque curto (manual), em conformidade com os padrões utilizados em viaturas policiais de emergência.

5.12. A pressão sonora à frente do veículo não poderá ser inferior a 110 decibéis (dB)

5.13. A sirene deverá possuir cone de propagação a ser posicionado e instalado em local que garanta pouco ou nenhum prejuízo sonoro. Além disso, a posição e o local da instalação devem prevenir acúmulo de água no interior do equipamento, resguardando também as demais intempéries, como o calor.

5.14. O driver do equipamento a ser utilizado deverá ser específico para veículos de urgência, sendo vedada à utilização de outros drivers, como os indicados para aplicações musicais. Os pontos de fixação devem suportar as trepidações veiculares pertinentes às situações normais e, principalmente, as de urgência.

5.15. Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos rádios transceptores, dentro da faixa de frequência utilizada pela equipe de segurança institucional. Nesse quesito, devem estar de acordo com as determinações da ANATEL.

5.16. O amplificador deverá ser instalado de modo oculto, com facilidade de acionamento rápido pelo condutor do veículo.

5.17. A montagem priorizará também a discrição, dissimulação e a camuflagem, não deixando o equipamento visível. Isso porque será utilizado em veículos descaracterizados.

5.18. A sirene eletrônica deverá possuir também os seguintes requisitos técnicos: tensão de 12V, potência de 100W – RMS, além de fácil e rápido acionamento pelo condutor do veículo.

Das Especificação Técnica do Sistema de Iluminação de Emergência (*safety lights*)

5.19. Mini sinalizador luminoso de alta potência, versão dual color (vermelho e branco), com 04 LEDs de no mínimo 1w cada unidade. Microcontrolador integrado capaz de gerar padrões de flash distintos. Fixação na grade frontal (02) e na traseira (02) do automóvel, para uso em veículos descaracterizados.

5.20. Base em borracha e aro de acabamento na cor preta. Lente difusora em plástico de engenharia de alta resistência e visibilidade.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Departamento de Suprimento e Manutenção

Das Obrigações quanto ao serviço de proteção balística.

- 5.21. O serviço de blindagem deve ser realizado de forma a manter o acabamento no padrão mais próximo possível do original dos veículos
- 5.22. A empresa contratada deverá realizar todo o procedimento necessário para autorização da blindagem, bem como, providenciar as alterações dos dados do veículo junto ao Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN/MS, para incluir nos campos de observações do CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (documento para transito) e CRV – Certificado de Registro de Veículo (documento para transferência), a característica de “VEÍCULO BLINDADO”, e ainda, deverá providenciar a obtenção do CSV – Certificado de Segurança Veicular, conforme regulamentação específica do INMETRO, expedido por Instituição Técnica Licenciada pelo DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito), respeitada as disposições constantes na tabela do ANEXO da RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 916, DE 28 DE MARÇO DE 2022 e seus ANEXOS.
- 5.22.1. A contratada deverá entregar uma via da ‘Declaração de Blindagem’ de cada veículo.

Das Garantias da Blindagem

- 5.23. A Manta Balística deverá ter garantida mínima de 05 (cinco) anos, com cobertura contra todos os tipos de projéteis constantes na Tabela Referencial de Munições (NEB-316 ou outras que eventualmente venham a ser promulgadas), e contra alterações qualitativas como deformação ou descolamento entre lâminas;
- 5.24. Garantia de 06 (seis) meses para trincas espontâneas no MATERIAL TRANSPARENTE.
- 5.25. O MATERIAL TRANSPARENTE deverá ter garantia mínima de 05 (cinco) anos contra todos os tipos de projéteis constantes na Tabela de Referência de Munições (NEB-316 ou outras que eventualmente venham a ser promulgadas), e contra alterações qualitativas como delaminação, descoloração ou distorção óptica dos vidros;
- 5.26. Na entrega do veículo, a contratada deverá apresentar o **Plano de Manutenção Preventiva Obrigatória** para o período de garantia.
- 5.26.1. O Plano de Manutenção Preventiva Obrigatória estabelecerá os prazos e respectivos procedimentos a serem executados visando a conservação da eficiência do produto.
- 5.27. As manutenções corretivas e revisões programadas preventivas (item 5.26) que porventura forem exigidas e/ou necessárias a fim de assegurar a garantia das peças e serviços blindagem, ocorrerão por conta da contratada, sem ônus para a contratante.
- 5.28. O prazo para execução dos reparos das partes opacas e transparentes será de até 60 (sessenta) dias;
- 5.29. A assistência técnica, para manutenções preventiva e corretiva, da blindagem deverá ser na cidade de Campo Grande-MS.

Da Fiscalização do serviço de proteção balística

- 5.30. Após a assinatura do contrato, a empresa Contratada deverá apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, **projeto de blindagem** contendo cortes esquemáticos dos veículos, relação dos materiais a serem empregados, com a respectiva marca, procedência, especificação, quantidade e forma de aplicação, peso original dos veículos e peso final após a execução dos serviços de blindagem. Este projeto será submetido ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para aprovação no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- 5.30.1. O Projeto de Blindagem deverá ser acompanhado por um **cronograma de execução quinzenal**, para fins de acompanhamento da evolução dos trabalhos pela equipe de fiscalização.
- 5.30.2. O acompanhamento dar-se-á por videochamada e/ou apresentação de fotos e vídeos, quando será solicitada a exibição do chassi do veículo e a evolução dos trabalhos relativos à quinzena em execução.
- 5.30.3. No **Projeto de Blindagem**, a contratada deverá indicar um número de linha de celular para realização da videochamada via aplicativo Whatsapp.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Departamento de Suprimento e Manutenção

- 5.31. Todo o processo de blindagem e instalação de acessórios dos veículos (desmontagem, aplicação das blindagens e remontagem) deverá ser registrado detalhadamente com fotos coloridas e vídeos, em formato digital (E-Mail, Google Drive, Pen Drive, etc.), para fins de verificação e registro da solução adotada na blindagem de cada parte dos veículos, inclusive colunas, orifícios de comando de espelhos retrovisores, fechaduras e teto, processos de colocação e fixação dos materiais de blindagem, detalhes dos trechos de superposição de materiais e demais processos necessários para a execução dos serviços;
- 5.32. As aprovações aos projetos (item 5.30) e a apresentação das mídias (item 5.31) não eximem a contratada da responsabilidade técnica sobre o projeto e sobre a execução da blindagem;

Das Garantias e Assistência Técnica

- 5.33. Os veículos deverão possuir garantia total do fabricante, garantindo a qualidade e a segurança dos objetos, contada da data do recebimento definitivo/atestado dos referidos veículos pela Contratante. Veículos Jeep: cinco anos de garantia, sem limite de quilometragem; veículos GWM: cinco anos de garantia, sem limite de quilometragem, e oito anos de garantia para o sistema híbrido, limitada a 200.000 km.
- 5.34. Para compreensão do parágrafo precedente, entender-se-á por garantia a cobertura de todo e quaisquer peças que apresente defeito de fabricação.
- 5.35. O licitante deverá indicar a assistência técnica autorizada/especializada do fabricante (nome, endereço, telefone), em Campo Grande - MS, para garantir as manutenções preventivas e/ou corretivas durante o período da garantia estipulada.
- 5.36. A assistência técnica dos veículos será prestada a partir da data de seu recebimento definitivo, pelo prazo que perdurar a garantia e consistirá em reparação de eventuais falhas, mediante a substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos, de acordo com o manual e norma técnica específica para o veículo.
- 5.37. A assistência técnica utilizará apenas peças e componentes originais novos.
- 5.38. Todas as peças e os componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos veículos, sempre “novos e de primeiro uso”, não podendo ser recondicionados.
- 5.39. O fornecedor deverá garantir toda a assistência técnica necessária durante o período de garantia, possuindo concessionária autorizada pelo menos na cidade de Campo Grande - MS, apta a atender por intermédio do sistema de gestão de frota contratado pelo TJMS durante o período de garantia.
- 5.40. O prazo para atendimento e execução, caso necessário assistência técnica por conta de garantia ou não, será de no máximo 30 dias corridos.

Obrigações da Contratante

- 5.41. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- 5.42. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto;
- 5.43. Proporcionar condições para a boa consecução do objeto do Contrato;
- 5.44. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- 5.45. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Departamento de Suprimento e Manutenção

- 5.46. Fiscalizar o Contrato através do setor competente da Contratante;
- 5.47. Acompanhar a entrega dos objetos ofertados efetuados pela Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão.

Obrigações da Contratada

- 5.48. Entregar os objetos ofertados, no prazo proposto e em conformidade com as especificações exigidas no Edital e seus Anexos;
- 5.49. Somente divulgar informações acerca dos objetos do contrato, que envolva o nome da contratante, mediante sua prévia e expressa autorização;
- 5.50. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.51. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 5.52. Assumir com exclusividade todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto do contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte interno dos bens;
- 5.53. Responder perante a Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, sob a sua responsabilidade ou por erro da execução deste contrato;
- 5.54. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Contratante;
- 5.55. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuída por força de lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato;
- 5.56. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.57. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Entrega: Prazo, Local e Demais Condições

- 5.58. O prazo de entrega dos bens será **de 90 (noventa)** dias para os veículos do **lote 1** e de **60 (sessenta)** dias para os veículos do **lote 2**, contados da assinatura do contrato, em remessa única ou parcelada.
- 5.59. Os veículos deverão ser entregues às expensas do fornecedor, na Secretaria de Bens e Serviços, à Rua Delegado José Alfredo Hardman, s/nº, atrás do T.R.E., Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, CEP 79.037-106, Campo Grande/MS, no período das 12 às 17 horas e em dias úteis no Poder Judiciário de MS.
- 5.60. A CONTRATADA **deverá informar** à Coordenadoria de Gestão de Frotas/SBS, através do e-mail transportes@tjms.jus.br, com antecedência de 02 (dois) dias úteis, a data da entrega dos veículos, para organização do pátio.



6. GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. A fiscalização técnica e operacional da contratação será exercida pela **Coordenadora da Coordenadoria de Gestão de Frota** ou substituto legal. A gestão do contrato ficará sob a responsabilidade do **Diretor do Departamento de Suprimento e Manutenção** ou de seu substituto legal. O acompanhamento, o controle e a fiscalização dos atos decorrentes deste ajuste serão realizados em estrita observância ao **Manual de Orientação e Fiscalização de Contratos Administrativos** deste Tribunal de Justiça, instituído pela Portaria-TJMS nº 1.162/2017 e às regras e diretrizes para atuação da equipe de fiscalização regulamentada pela Portaria-TJMS nº 2.456/2022.
- 6.2. As atividades de gestão e fiscalização deverão, obrigatoriamente, atender aos preceitos estabelecidos na **Lei nº 14.133/2021** e na **Portaria-TJMS nº 2.456/2022**, ou normativo que venha a sucedê-las, garantindo a regularidade na execução do objeto e o fiel cumprimento das cláusulas pactuadas.

Do Recebimento Provisório:

- 6.3. Recebimento provisório da blindagem dar-se-á com o cumprimento das etapas de acompanhamento do cronograma de blindagem descrito no item 5.30.1.
- 6.4. O recebimento provisório dar-se-á pelo fiscal do contrato, respeitando-se a comunicação antecipada descrita no inciso 5.60, que fará a verificação sumária dos itens entregues com a descrição constante no documento fiscal apresentado pelo entregador.
- 6.5. A contagem do prazo de entrega, previsto no inciso 5.58, será pausada com o recebimento provisório. Caso haja a reprovação do recebimento definitivo, descrito no inciso 6.9, a contagem do prazo será retomada do ponto pausado.
- 6.6. Havendo divergência entre o(s) objeto(s) entregue e a descrição constante no documento fiscal, o material não será recebido pela fiscalização.

Do Recebimento Definitivo:

- 6.7. Os objetos serão considerados recebidos definitivamente após a verificação da conformidade do material com as exigências contratuais, em especial conforme o check-list constante no anexo I;
- 6.8. Nos casos de desconformidade, a Contratada será notificada da não conformidade, juntamente com os documentos que comprovem o não atendimento aos critérios estabelecidos em edital. A contratada deverá retirar os objetos reprovados no prazo máximo improrrogável de 5 dias.
- 6.9. Com a reprovação do recebimento definitivo, **o objeto será considerado não entregue** para todos os fins deste Termo de Referência.
- 6.10. Estando de acordo, a equipe de fiscalização emitirá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento provisório, **Termo de Recebimento Definitivo** comprovando o atendimento das exigências contratuais.

Sanções Administrativas

- 6.11. O enquadramento das sanções administrativas seguirá a seguinte classificação:
- a) **Obrigação Principal** – Todas as obrigações relativas ao objeto principal, como características, prazo, documentação custo financeiro e ordem tributária;
 - b) **Obrigação Secundária** – Todas as obrigações de garantia e assistência técnica; Responsabilização por prejuízo causado à Administração; Descumprimento de prazos



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Departamento de Suprimento e Manutenção

contratuais, salvo prazo de entrega do objeto principal, projeto de blindagem e cronograma de execução quinzenal da blindagem.

- c) **Obrigação Administrativa** – Descumprimento de obrigações relativas ao trâmite administrativo da fiscalização.

6.12. As licitantes ou contratadas que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no edital de licitação e/ou nos contratos celebrados com o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul ficarão sujeitas às sanções definidas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e procedimento regulamentado pela Portaria-TJMS nº 3.226 de 23 de fevereiro de 2026.

6.12.1. **Advertência** – quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156 § 2º da lei nº 14.133/2021);

6.12.1.1. A reincidência da sanção de advertência poderá ser convertida em sanção de multa compensatória.

6.12.2. **Multa:**

6.12.2.1. **Moratória da entrega** - 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, quando deixar de cumprir a obrigação assumida no prazo estabelecido até o máximo de 10 (dez) dias, a partir do qual poderá a Administração considerar inadimplida a obrigação, ensejando a consequente rescisão do contrato.

6.12.2.1.1. Caso a Administração não rescinda o contrato, a multa moratória a contar do 11º (décimo primeiro) dia passa a ser de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total da parcela inadimplida, até o efetivo recebimento dos veículos, sem prejuízo do disposto no subitem anterior;

6.12.2.2. **Compensatória** de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa do fornecedor em assiná-la no prazo estabelecido.

6.12.2.3. **Compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução total de obrigação principal; ou sobre o valor da parcela inadimplida por inexecução parcial de obrigação principal (6.11 “a”).

6.12.2.4. **Compensatória** de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução de obrigação secundária (6.11 “b”).

6.12.2.5. **Compensatória** de 1,0% (um por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução de obrigação secundária (6.11 “c”).

6.12.2.6. **Compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida em caso de rescisão motivada pela contratada.

6.12.3. **Impedimento** de licitar e contratar com a Administração – conforme art. 156 § 4º da lei 14.133/2021.

6.12.4. Declaração de **inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública - conforme art. 156 § 5º da lei 14.133/2021.

6.13. O valor da multa aplicada será:

- I. Retido dos pagamentos devidos pela Administração;
- II. Pago por meio de Guia de Recolhimento FUNJECC – GRJR; ou,
- III. Cobrado judicialmente.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Departamento de Suprimento e Manutenção

- 6.13.1. O Tribunal de Justiça poderá, *ad cauletam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, conforme determinações previstas neste instrumento.
- 6.14. O Tribunal de Justiça poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.
- 6.15. Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:
- I. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
 - II. A não reincidência da infração;
 - III. A atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
 - IV. A execução satisfatória das demais obrigações contratuais;
 - V. A não existência de efetivo prejuízo material à Administração; e,
 - VI. As situações previstas no art. 156 § 1º da lei 14.133/2021.
- 6.15.1. Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no art. 5º inciso IV da lei 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.
- 6.15.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.16. As multas são independentes entre si, e a aplicação de uma não exclui a outra;
- 6.17. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 § 7º da lei 14.133/2021).
- 6.18. O procedimento de apuração e aplicação das sanções obedecerá ao disposto na Portaria-TJMS nº 3.226 de 23 de fevereiro de 2026.



7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A efetivação do pagamento fica condicionada à emissão prévia do **Termo de Recebimento Definitivo** (item 6.10), instrumento que atesta a conformidade do objeto entregue com as especificações técnicas exigidas.
- 7.2. O pagamento será processado mediante ordem bancária em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data de emissão do termo detalhado de recebimento e aceitação definitiva do objeto.
- 7.2.1. Constatada qualquer irregularidade ou erro material na emissão do documento fiscal, este será devolvido à **Contratada** para as correções pertinentes. Em tal hipótese, a contagem do prazo para pagamento (item 7.3) será interrompida, reiniciando-se somente a partir da entrega do documento fiscal devidamente retificado.
- 7.2.2. A fatura/nota fiscal deverá ser acompanhada das certidões que comprovem a regularidade trabalhista e FGTS, bem como perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.
- 7.3. O preço pactuado será **fixo e irrevogável**. O valor nominal constante na nota fiscal não sofrerá qualquer atualização monetária ou incidência de encargos financeiros entre a data de sua apresentação e o efetivo pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. Esta contratação deverá ser realizada na modalidade Pregão Eletrônico – menor preço;
- 8.2. O critério de julgamento a ser adotado será o de menor valor unitário;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. No preço deverão estar inclusos todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre o produto, demais despesas ou custos, tais como **frete** e outros.

ESTIMATIVA VALOR AQUISIÇÃO VEÍCULOS PADRONIZADOS			
VEÍCULOS	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
VEÍCULO JEEP COMMANDER BLINDADO	5	471.500,00	2.357.500,00
VEÍCULO GWM HAVAL H6 HEV	15	223.000,00	3.345.000,00
			5.702.500,00



10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA
- 10.2. Classificação orçamentária: 44905252
- 10.3. Valor R\$ 5.702.500,00
- 10.4. Funcional Programática: 02.061.0003.2044.0001
- 10.5. A destinação da despesa classificada como Apoio
- 10.6. Item do PAC – SBS: Remanejamento a ser definido
- 10.7. Empenho global

Campo Grande, 08 de abril de 2026.

Fred Marques Nogueira de Souza

Analista Judiciário
(assina digitalmente)

Eduardo Sadao Takase

Diretor do Departamento de Suprimento e
Manutenção
(assina digitalmente)



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Departamento de Suprimento e Manutenção

Anexo I

(Checklist de recebimento provisório Lote 01)

Obs.: O presente check-list tem caráter orientativo, não eximindo a contratada de cumprir com todas as obrigações descritas no Termo de Referência.

Item	Critério	Sim	Não
1. Identificação e Documentação			
01	Emplacamento, Certificado de Registro de Veículo (CRV) e CRLV com a anotação "VEÍCULO BLINDADO".		
02	Certificado de Segurança Veicular (CSV) expedido por instituição licenciada.		
03	Projeto de blindagem com fotos e vídeos coloridos de todo o processo (desmontagem a remontagem)		
04	Declaração de Blindagem		
05	Manual do proprietário e chave reserva		
06	Entrega com, no mínimo, 1/4 de combustível/carga (item 5.5)		
2. Especificações do Veículo			
07	Marca/Modelo: Jeep Commander, potência mínima 272 cv, tração integral, cor preta.		
08	Itens de série: Ar-condicionado, direção elétrica, travas/vidros elétricos, alarme e central multimídia, rodas aro 19" na cor preta.		
09	Acessórios instalados: Película solar, jogo de tapetes com borda elevada (cabine e porta-malas), e frisos laterais na cor do carro		
10	Bancos em couro e transmissão automática		
3. Sistema de Proteção Balística (Nível III-A)			
11	Proteção transparente: Vidros com policarbonato (máximo 18mm).		
12	Abertura dos vidros dianteiros limitada a 75% do curso original		
13	Vidros traseiros fixos com mecanismos originais preservados		
14	Plano de Manutenção Preventiva Obrigatória da blindagem (item 5.26)		
15	Entrega das mídias (item 5.31)		
4. Sistemas de Emergência (Viatura Descaracterizada)			
16	Sirene eletrônica (100W RMS): Tons WAIL, YELP, super YELP e toque curto		



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Departamento de Suprimento e Manutenção

17	Pressão sonora mínima de 110 dB à frente do veículo		
18	Sinalizador luminoso (<i>Safety Lights</i>): 04 LEDs dual color (vermelho/branco) na grade frontal e traseira.		
5. Garantia			
19	Termo de garantia: 05 anos sem limite de quilometragem.		
<u>Anotações:</u>			

Campo Grande, ____ de _____ de ____

Fiscal



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Departamento de Suprimento e Manutenção

Anexo I

(Checklist de recebimento provisório Lote 02)

Obs.: O presente check-list tem caráter orientativo, não eximindo a contratada de cumprir com todas as obrigações descritas no Termo de Referência.

1. Identificação e Documentação			
Item	Critério	Sim	Não
01	Registro e emplacamento em nome do Tribunal de Justiça/MS		
02	Entrega com, no mínimo, 1/4 de combustível/carga (item 5.5)		
03	Manual do proprietário e chave reserva		
2. Especificações do Veículo			
04	Marca/Modelo: GWM Haval H6 híbrido pleno/convencional, cor preta.		
05	Itens de série: Ar-condicionado, direção elétrica, travas/vidros elétricos, alarme e central multimídia, rodas aro 18" na cor preta.		
06	Acessórios instalados: Película solar (transparência permitida), jogo de tapetes com borda elevada (cabine e porta-malas), e frisos laterais na cor do carro		
07	Bancos em couro e transmissão automática		
3. Garantia e Assistência			
08	Termo de garantia: 05 anos sem limite de quilometragem.		
09	Termo de garantia do sistema híbrido: 08 anos ou 200.000 km.		
<u>Anotações:</u>			

Campo Grande, ____ de _____ de ____

Fiscal